

## Queda de receitas faz superávit do Governo Central cair em abril

### União recebe R\$ 6,78 milhões de dividendos da Pré-Sal Petróleo

Página 13

### Guedes diz que é preciso simplificar para economia crescer

Página 3

### Trabalhadores paralisam Argentina com grande greve contra Macri

A Argentina ficou paralisada na quarta-feira (29) em função de uma greve geral dos principais sindicatos do país contra as medidas de ajuste econômico do presidente de centro-direita Mauricio Macri em meio a uma crise que abala suas aspirações de ser reeleito em outubro.

Sem transporte de passageiros, escolas ou trabalho em repartições públicas e bancos, muitas ruas de Buenos Aires estavam vazias antes das manifestações, que serão realizadas por alguns grupos que aderiram à medida de força convocada pela poderosa central sindical CGT.

Para garantir o sucesso da greve, vários piquetes de organizações sociais e partidos de esquerda bloqueavam o trânsito de veículos em alguns acessos à capital argentina.

Controlada pelo peronismo, atualmente na oposição, a CGT demanda que o governo imponha aumentos salariais que os equiparem à inflação alta – que chegou a cerca de 50% nos últimos 12 meses – e a redução de alguns impostos que afetam os trabalhadores.

As tarifas de serviços altas são outro alvo dos protestos, já que as fortes elevações registradas nos últimos anos, com as quais o governo tentou reduzir seu déficit, são uma das causas de a pobreza ter atingido 32% da população neste ano, segundo dados oficiais. Página 3

### Previsão do Tempo

Quinta: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

### DÓLAR

Comercial  
Compra: 3,98  
Venda: 3,98

### Turismo

Compra: 3,82  
Venda: 4,14

### EURO

Compra: 4,43  
Venda: 4,43

### OURO

Compra: 150,57  
Venda: 183,12

### STF confirma proibição de trabalho insalubre de gestantes e lactantes



Supremo Tribunal Federal (STF)

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou na quarta-feira (29) inconstitucional o trecho da reforma trabalhista que previa a possibilidade de gestantes e lac-

tantes trabalharem em atividades insalubres. Por 10 votos 1, a Corte confirmou liminar profereida em maio pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do

caso, suspendendo a norma. Com a decisão, segundo Moraes, fica valendo a regra anterior. Com o texto antigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), antes da reforma aprovada em 2017, a gestante deveria ser afastada de atividades e locais insalubres, devendo ser realocada em outro tipo de serviço. Não sendo possível, a empregada será afastada e terá direito a receber salário-maternidade.

Em seu voto, Moraes confirmou sua liminar e afirmou que a alteração na CLT permitiria que gestantes e lactantes continuem trabalhando em atividades insalubres e ainda previu que o afastamento só pode ocorrer após a apresentação de atestado médico. Página 14

A queda de receitas em abril fez o superávit primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) cair em abril. No mês passado, as contas ficaram positivas em R\$ 6,537 bilhões, contra R\$ 8,684 bilhões em abril de 2018. O resultado foi 24,7% menor que o do mesmo mês do ano passado.

O superávit primário é o resultado positivo nas contas do governo desconsiderando o pagamento de juros da dívida

pública. O resultado veio abaixo das expectativas dos analistas de mercado. Na pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todo mês pelo Ministério da Economia, as instituições financeiras estimavam superávit primário de R\$ 10,5 bilhões para abril.

Nos quatro primeiros meses do ano, o Governo Central acumula déficit primário de R\$ 2,748 bilhões. Esse é o melhor resultado para o período desde 2015 (superávit de R\$ 13,581 bilhões). Página 3

### Juros do rotativo do cartão de crédito cai para 298,6% ao ano em abril

Página 6

### Dólar cai para R\$ 3,97 e fecha no menor valor em duas semanas

Num dia de alívio no mercado financeiro, a moeda norte-americana caiu e fechou abaixo de R\$ 4 pela primeira vez em quase duas semanas. O dólar comercial encerrou a quarta-feira (29) vendido a R\$ 3,976, com recuo de R\$ 0,048 (-1,19%). Esse foi o menor valor de fechamento desde 14 de maio (R\$ 3,975).

No mercado de ações, o dia foi de tranquilidade. O Ibovespa, principal índice da B3 (antiga Bolsa de Valores de São Paulo), encerrou a sessão com alta de 0,18%, aos 96.566 pontos. Essa foi a terceira alta seguida do índice, que está no maior nível des-

de 8 de abril, quando tinha atingido 97.369 pontos.

O otimismo no mercado financeiro ocorre um dia depois de o Senado aprovar a medida provisória da reforma administrativa, que reduziu o número de ministérios, mantendo o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no Ministério da Economia. A alta também ocorre no dia seguinte à assinatura de um pacto entre o presidente Jair Bolsonaro e os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; do Senado, Davi Alcolumbre, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. (Agência Brasil)

## Esporte

# Brasileiros começam bem no Margaret River Pro

Os melhores surfistas do mundo já voltaram à Austrália para o penúltimo desafio antes da etapa brasileira do World Surf League Championship Tour, que começa no dia 20 de junho em Saquarema, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro. O Margaret River Pro foi iniciado na quarta-feira e seis brasileiros estrearam com vitórias nas ondas de 4-6 pés em Main Break. O bicampeão mundial Gabriel Medina, Felipe Toledo e Jessé Mendes, ficaram entre os melhores do dia. Além deles, Italo Ferreira, Peterson Crisanto e Tatiana Weston-Webb, também saíram do mar em primeiro lugar, enquanto Michael Rodrigues, Jadson André e Deivid Silva passaram direto para a terceira fase em segundo nas suas baterias.

Apenas quatro ficaram em último e terão que encarar uma rodada extra em Margaret River. As previsões para a quinta-feira são de ventos desfavoráveis para a boa formação das ondas, então a comissão técnica da World Surf League já antecipou o "day-off" e anunciou a próxima chamada para as primeiras eliminatórias do Margaret River Pro para as 7h00 da sexta-feira na Austrália, 20h00 da quinta-feira no Brasil. Os catarinenses Willian Cardoso e Yago Dora, o paulista Caio



Gabriel Medina (SP)

Ibelli e a cearense Silvana Lima, são os brasileiros que vão tentar aproveitar a segunda chance de avançar para a terceira fase nesta primeira rodada eliminatória.

As meninas abriram o primeiro dia e as duas brasileiras estrearam juntas na quinta bateria da quarta-feira em West Australia. A gaúcha Tatiana Weston-Webb surfou uma das melhores ondas da primeira fase e a nota 8,00 recebida garantiu a vitória sobre a australiana Sally Fitzgibbons, vice-campeã no Corona Bali Protected na Indonésia, por 13,90 a 12,67 pontos. Já Silvana Lima não conseguiu encontrar boas ondas para mostrar o seu surf e terminou em último

com apenas 7,44. A cearense vai enfrentar a francesa Johanne Defay e a australiana Mia McCarthy na primeira eliminatória do Margaret River Pro e não pode ficar em último.

Os homens entraram depois da primeira fase feminina, com o potiguar Jadson André mandando o onze vezes campeão mundial Kelly Slater para a repescagem, no confronto vencido pelo atual número 1 do Jeep Leaderboard, John Florence. Yago Dora ficou em último na disputa seguinte, assim como Caio Ibelli na terceira bateria, mas essa que o paranaense Peterson Crisanto derrotou o vice-campeão mundial Julian Wilson, marcou o início de uma série de

vitórias brasileiras seguidas na quarta-feira em Main Break.

O terceiro do ranking, Italo Ferreira, foi o primeiro a ultrapassar os 14 pontos nas duas notas computadas. Foi no quarto confronto da primeira fase e no seguinte, Gabriel Medina fez as marcas a serem batidas no Margaret River Pro. Ele detonou uma onda que valeu 8,33 para totalizar 14,70 pontos e o também paulista Deivid Silva estreou junto com o bicampeão mundial, passando em segundo lugar com 11,94, contra 11,60 do australiano Jacob Willcox.

"Foi uma bateria difícil porque as ondas ficaram um pouco pequenas e lentas, então estou feliz por ter conseguido achar algumas para passar em primeira", disse Gabriel Medina. "Foi muito bom fazer um high-score (nota alta) aqui, porque lá em Bali minhas baterias foram bem fracas de ondas. Quando perdi lá em Keramas, já vim direto para cá, para testar minhas pranchas e me acostumar com o frio. Surfei ondas bem melhores antes do campeonato começar e estou me sentindo bem, então espero conseguir um bom resultado aqui antes do Brasil".

Felipe Toledo entrou na disputa seguinte e aumentou o maior placar do dia para 14,73 pontos, somando notas 7,50 e 7,23 contra o havaiano Sebastian Zietz. Os dois já entraram

na bateria classificados para a terceira fase, pois o australiano Jack Robinson estava no Chile disputando o Héroes de Mayo Iquique Pro quando recebeu o convite para disputar o Margaret River Pro e até cancelou sua participação no Maui and Sons Africa Pro Tour by Jeep, porém não chegou a tempo na Austrália para competir no primeiro dia.

Em Margaret River, os brasileiros só voltaram a disputar vagas para a terceira fase quatro baterias depois de Felipe Toledo, com o cearense Michael Rodrigues avançando em segundo lugar no confronto vencido pelo havaiano Ezekiel, ambos mandando o australiano Wade Carmichael para a repescagem. A última participação foi em dose dupla e Jessé Mendes destruiu a sua última onda para receber nota 8,43 e derrotar o francês Jeremy Flores por 14,60 a 13,34 pontos, enquanto Willian Cardoso só conseguiu 9,70 nas duas ondas que surfou.

O Margaret River Pro está sendo transmitido ao vivo pelo [www.worldsurfleague.com](http://www.worldsurfleague.com) e já está decretado "day-off" para a quinta-feira, então a próxima chamada para a segunda fase masculina e feminina será somente na sexta-feira às 7h00 na Austrália, 20h00 da quinta-feira no Brasil.

# Prefeitura vai recorrer de liminar sobre vale-transporte em SP



**CESAR NETO**  
www.cesarneto.com

A coluna [diária] de política do jornalista Cesar Neto vem sendo publicada desde 1993. Na imprensa brasileira, pelo jornal "O DIA" [hoje o 3º diário mais antigo em São Paulo - SP]. Na Internet desde 1996, [www.cesarneto.com](http://www.cesarneto.com) foi um dos pioneiros no Brasil. No Twitter, @CesarNetoReal

## MÍDIAS

As novidades [mandato 2017-20] foram a eleição de Holiday [MBL no DEM], mais jovem vereador da história; a vereadora Janaína, pioneira pelo partido NOVO e o vereador Police [ex-PSDB no PSD de Kassab], seguir cobrando transparências dos presidentes após ele [2011-12]

## CÂMARA (SP)

Além do partido NOVO, as novidades são a 'mandata' da 'banda ativista' [Justiça Eleitoral só diplomou 1 candidatura - PSOL], e agora assumido "gay contra as milícias LGBTs" Douglas Garcia (PSL) e a maior votação da história [mais de 2 milhões de votos] da deputada Janaína (PSL)

## PREFEITURA (SP)

Presidente do novo PSDB [de Doria-Bruno], Fernandão Alfredo segue fazendo milagres pra tocar o diretório pro qual foi eleito como 1º militante [amassador de barro nas periferias] a ocupar o importante cargo. E se vier a missão de ser Secretário, pode e deve dar conta

## ASSEMBLEIA (SP)

Além do partido NOVO, as novidades são a 'mandata' da 'banda ativista' [Justiça Eleitoral só diplomou 1 candidatura - PSOL], e agora assumido "gay contra as milícias LGBTs" Douglas Garcia (PSL) e a maior votação da história [mais de 2 milhões de votos] da deputada Janaína (PSL)

## GOVERNO (SP)

Reformador e novo dono do PSDB, João Doria Jr. sairá consagrado da convenção [homologação] do diretório nacional como quem já domina as regiões Sudeste e Sul, avançando no Nordeste por ser filho de um baiano [deputado federal falecido]. Em 2020 mostrará se já tem força pra 2022

## CONGRESSO

Senadores e deputados federais que falam quase que diariamente com o rádio Jovem Pan [São Paulo], tão evitando de se manifestar sobre o afastamento do professor [História] Villa, assim como não houve grandes manifestações quando do afastamento do professor Reinaldo Azevedo

## PRESIDÊNCIA

Maior garoto-propaganda das canetas BIC, Bolsonaro segue usando a tinta que tem, seja com o Poder Legislativo [do qual é oriundo], seja com os ainda meio donos do PSL, seja com alas militares insatisfeitas, seja com partes da imprensa tradicional e digital, seja com interferências familiares

## PARTIDOS

Enquanto sócios preferenciais e donos dos partidos políticos, antigos, velhos e os que se apresentam como novos, ainda não compreenderem que os verdadeiros líderes políticos também sobrevivem de entregar resultados, prestigiar seus filiados e principalmente de formar sucessores, ...

## JUSTIÇAS

Agora que o COAF [Receita Federal] ficou com a área Econômica [como 'anel' pra manter os 'dedos' da Medida Provisória que diminuiu o número de Ministérios do governo Bolsonaro], o que impede ao ministro [Justiça] Moro pedir ao colega Guedes privilegiar o trabalho dos técnicos

## EDITOR

A coluna [diária] de política do jornalista e cronista Cesar Neto foi se tornando uma das referências das liberdades possíveis. Por isso, ela recebeu a Medalha Anchieta da Câmara Municipal de São Paulo e o Colar de Honra ao Mérito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

[cesar@cesarneto.com](mailto:cesar@cesarneto.com)

**Jornal O DIA S. Paulo**

Administração e Redação  
Viaduto 9 de Julho, 180  
1º andar - Sala 12  
CEP: 01050-060  
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária  
Exemplar diário: R\$ 3,00  
Jornalista Responsável  
Mariana Augusta V. Ferreira  
Mtb. 19.548

E-mail: [jornalodiasp@terra.com.br](mailto:jornalodiasp@terra.com.br)  
Site: [www.jornalodiasp.com.br](http://www.jornalodiasp.com.br)

Assinatura on-line  
Mensal: R\$ 20,00  
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal  
Balanças, Atas e Convocações  
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa  
Telefone: 3832-4488

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, disse na quarta-feira, (29) que a prefeitura vai recorrer da decisão liminar do Tribunal de Justiça (TJ) que determinou que os usuários do vale-transporte não tenham que pagar tarifas superiores nos ônibus municipais da capital.

"[O vale transporte] é uma obrigação das empresas, a legislação determina que o empregador deve pagar por isso e, portanto, o valor que pretendemos cobrar é o do custo do sistema, de R\$ 4,57. O usuário comum paga R\$ 4,30, que é subsidiado pelo poder público, que complementa esse valor. Não é que se cobra a mais. Na verdade, se cobra a menos, porque se tem um subsídio. Não tem sentido a prefeitura colocar recurso que é do povo da cidade de São Paulo para pagar uma obrigação que é das empresas. E por isso que vamos recorrer até sexta-feira (31), pra não ter que utilizar R\$

650 milhões por ano."

A decisão liminar, publicada na segunda-feira (27), suspendeu os efeitos da Portaria nº 189/18, de dezembro, da Secretaria Municipal de Transporte, que determinou a cobrança de R\$ 4,57 por tarifa e limitou a dois o número de embarques durante três horas aos usuários de vale-transporte. Os passageiros que usam o Bilhete Único comum pagam R\$ 4,30 e podem pegar quatro ônibus em três horas.

Segundo prefeito, os recursos no valor de R\$ 650 milhões vão impactar os cofres públicos, que é o custo do subsídio para as integrações. "Este recurso podemos colocar nos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEIUs) na área de educação, ampliar as unidades básicas de saúde. Podemos também ampliar atividades culturais e unidades habitacionais. Tudo para poder pagar o que é uma obrigação das empresas. Então, vamos recor-

rer. A Procuradoria Geral já está em tratativa junto a Secretaria Municipal de Transportes para, se for o caso, implementar os efeitos dessa decisão."

Bruno Covas ainda disse que, pela quantidade de ônibus na cidade, seriam necessárias até duas semanas para os ajustes. "Estamos falando da requalificação do sistema de 15 mil ônibus, que precisam todos passar por uma vistoria, para que possam adaptar a nova decisão. É algo que leva de dez dias a duas semanas para poder implementar, mas até sexta-feira esperamos recorrer e poder convencer o Poder Judiciário de que essa decisão, na verdade, prejudica a população da cidade de São Paulo."

## Decisão

Na decisão liminar, a juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, da 9ª Vara de Fazenda Pública da Capital, acolheu os

argumentos da ação, ajuizada pela Defensoria Pública de São Paulo em conjunto com o Instituto de Defesa do Consumidor (Idéc), e determinou que o município se abstenha de efetuar cobrança diferenciada de tarifa e o tratamento distinto quanto ao número de embarques, entre o bilhete comum e o bilhete de vale-transporte.

"Nos termos da Lei Federal 7481/85 e Decreto Federal 95.247/87, o vale-transporte deve ser comercializado ao preço da tarifa vigente e, ainda que respeitada a autonomia do município para legislar sobre o tema, as normas municipais não podem contrariar as de caráter nacional, motivo pelo qual a citada portaria, ao estabelecer valores diferenciados para os usuários do bilhete único comum (R\$ 4,30) e aqueles do vale-transporte (R\$ 4,57), desrespeitou o princípio da legalidade", diz a decisão. Agência Brasil

## Capital sedia fórum sobre PPPs e oportunidades de negócios no Brasil

O Governador João Doria participou, na terça-feira (28), da 3ª edição do Exame Fórum PPPs e Concessões — as tendências e oportunidades de negócios em concessões de serviços públicos e parcerias público-privadas (PPPs) no Brasil.

O evento, promovido pela

revista Exame na Câmara Americana de Comércio (Amcham) em São Paulo, reuniu especialistas, empresários e autoridades na capital paulista, incluindo diversos governadores e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

"São Paulo tem hoje 221 pro-

jetos de PPPs, concessões e privatizações. O primeiro Governador do País a implementar programas de PPPs foi o Mário Covas, pioneiro ao lançar PPPs para as rodovias de São Paulo. O Estado está absolutamente aberto a essas concessões", afirmou o Governador, durante dis-

curso na abertura do fórum. A iniciativa também contou com uma rodada de conversas entre governadores, que, entre outros temas, revelaram como pretendem transformar em realidade os projetos de PPPs, parcerias, concessões e desestatizações nos estados.

## Metrô licita administração de 13 terminais de ônibus

O Metrô de São Paulo recebeu na última quinta-feira (23) a proposta para a concessão à iniciativa privada de 13 terminais de ônibus ligados a estações de metrô. O valor da outorga, fator de seleção da concessão, foi de R\$ 11 milhões, a serem pagos em até 30 dias da assinatura do contrato, o que deve ocorrer nos próximos meses.

O consórcio vencedor vai administrar os terminais por 30 anos, podendo explorar os pontos comerciais ao longo do trajeto, além de construir outros pontos. Com a concessão, a Companhia do Metrô vai economizar aproximadamente R\$ 22 milhões por ano com as despesas de conservação e manutenção. Além do valor da outorga, a

partir do início do quinto ano de concessão o consórcio deverá pagar para o Metrô R\$ 855 mil mensais ou 8% de sua renda bruta, o que for maior.

## Os terminais concedidos são:

Linha 1-Azul: Parada Inglesa, Santana, Armênia e Ana Rosa  
Linha 3-Vermelha: Artur Al-

vim, Patriarca Norte, Vila Matilde norte, Penha norte, Carrião norte, Carrião sul, Tatuapé norte, Tatuapé sul e Brás  
Os terminais Santana, Ana Rosa, Patriarca norte, Vila Matilde norte, Carrião norte, Tatuapé norte e Tatuapé sul serão edificáveis e poderão receber 84 mil metros quadrados de construções.

## Trem irá até os terminais de passageiros do Aeroporto GRU

O Governador João Doria, o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e o Secretário de Transportes Metropolitanos, Alexandre Baldy, anunciaram na terça-feira (28), no Palácio dos Bandeirantes, o prolongamento da Linha 13-Jade, da CPTM, até os terminais de passageiros do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos.

"Uma carência que tinha a principal cidade brasileira e o principal aeroporto do país. Encontramos uma solução de engenharia e financeira para viabilizar esta ligação. Portanto, passageiros que desembarcarem em Guarulhos terão acesso ao metrô nos três terminais dos terminais do aeroporto. Eles passageiros desembarcarão diretamente no seu terminal de voo, como em qualquer aeroporto internacional civilizado do mundo", disse Doria.

O investimento será de R\$ 175 milhões, custeado com recursos da outorga da concessão GRU Airport. A obra será iniciada em setembro deste ano, com previsão de conclusão em maio de 2021. O metrô terá 2,6 km de extensão, com

paradas nos três terminais de passageiros do aeroporto e na Estação Aeroporto Guarulhos da CPTM, e capacidade de 2 mil passageiros/hora para cada sentido. O metrô fará em cerca de seis minutos o trajeto total entre a Estação da CPTM e o Terminal 3 do Aeroporto.

"Essa solução de mobilidade para o aeroporto, ou seja, a ligação por metrô da Linha da CPTM com os três terminais, coloca o aeroporto no mesmo patamar de outros aeroportos no mundo. O maior aeroporto da América Latina merecia um projeto deste nível", afirmou o ministro.

O traçado percorre terrenos da União concedidos para a GRU Airport e, por isso, não haverá necessidade de desapropriação. Além disso, não havia previsão de qualquer construção nestes locais para expandir o aeroporto. Com a novidade, a previsão é que os passageiros consigam chegar ao Aeroporto de Guarulhos em 52 minutos a partir da Avenida Paulista e 40 minutos a partir da Estação da Luz.

A Estação Aeroporto-Guarulhos, da Linha 13-Jade, está localizada a 500 metros de distân-

cia do Terminal 1; 1,5 km do Terminal 2 e 2 km do Terminal 3 (Internacional). "O passageiro que chegar através da Linha 13-Jade vai poder acessar o metrô até os terminais 1, 2 e 3", disse Baldy.

**Linha 13-Jade** - Operada pela CPTM, a Linha 13-Jade transporta 14 mil passageiros/dia, com 12,2 km de extensão, 3 estações (Aeroporto-Guarulhos, Guarulhos-Cecap e Engenharia Goulart) e faz integração com a Linha 12-Safira, também da CPTM. Investimento: R\$ 2,3 bilhões via financiamentos do BNDES, AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento) e BEI (Banco Europeu de Investimento).

## Futuros trens

A partir do segundo semestre de 2019, oito novos trens, todos com bagageiro, começarão a ser entregues para a CPTM. Fabricados pelo consórcio Tomiinsa-Sifang, vencedor da licitação internacional, terão um custo de R\$ 316,7 milhões. Atualmente, circulam trens do mesmo padrão das demais linhas da CPTM (sem bagageiro, realocados de outras

linhas e fabricados em 2012).

## Viagens Diretas

O serviço Airport Express faz a ligação direta entre as estações Luz e Aeroporto-Guarulhos. Seu percurso tem duração de 35 minutos, com tarifa de R\$ 8,60. O trajeto transporta 360 passageiros/dia, em 5 horários específicos durante a semana e 3 horários aos finais de semana e feriados:

Luz - Aeroporto Guarulhos 2ª a 6ª feira: 10h - 12h - 14h - 16h - 22h

Sábado, domingo e feriados: 8h - 13h - 18h

Aeroporto Guarulhos - Luz 2ª a 6ª feira: 9h - 11h - 13h - 15h - 21h

Sábado, domingo e feriados: 7h05 - 12h05 - 17h05

## Viagens com paradas

O serviço Connect faz percursos entre as estações Brás e Aeroporto-Guarulhos, com três paradas (Tatuapé, Engenharia Goulart e Guarulhos-Cecap). Seu percurso tem duração de 35 minutos, com tarifa de R\$ 4,30. O trajeto transporta cerca de 9 mil passageiros/dia em horários de pico, de segunda-feira a sábado.

## Vestibulinho: Etecs divulgam cursos com maior índice de candidato/vaga

O curso técnico de Enfermagem se destaca como o mais procurado no processo seletivo das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) pelo 11º semestre consecutivo. No Vestibulinho para o segundo semestre, 1.205 inscritos disputarão as 40 vagas no período da manhã, na Etec Carlos de Campos, representando

30,13 candidatos por vaga.

O mesmo curso aparece entre os mais concorridos nas Etecs Rubens de Faria e Souza e na de Suzano (17,13), Parque da Juventude (16,00), Mandaqui (14,60), Carolina Carinhato Sampaio (14,28), Professora Anna de Oliveira Ferraz (13,55), No Beldelpho Gouvêa Netto (13,20).

Outros dois cursos técnicos integram esta relação: Administração (20,98), e Desenvolvimento de Sistemas (14,15), ambos oferecidos no período da noite na Etec Guarulhos.

A demanda completa por curso e unidade está disponível no site do Vestibulinho. No dia 16 de junho, mais de 161 mil

inscritos farão a prova para conquistar uma das vagas oferecidas nos Ensinos Técnico (presencial, semipresencial e online), Técnico integrado ao Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), Especialização Técnica e para acesso às vagas remanescentes de segundo módulo.

# Queda de receitas faz governo abrir mão de receitas

A queda de receitas em abril fez o superávit primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) cair em abril. No mês passado, as contas ficaram positivas em R\$ 6,537 bilhões, contra R\$ 8,684 bilhões em abril de 2018. O resultado foi 24,7% menor que o do mesmo mês do ano passado.

O superávit primário é o resultado positivo nas contas do governo desconsiderando o pagamento de juros da dívida pública. O resultado veio abaixo das expectativas dos analistas do mercado. Na pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todo mês pelo Ministério da Economia, as instituições financeiras estimavam superávit primário de R\$ 10,5 bilhões para abril.

Nos quatro primeiros meses do ano, o Governo Central acumula déficit primário de R\$ 2,748 bilhões. Esse é o melhor resultado para o período desde 2015 (superávit de R\$ 13,581 bilhões). O Tesouro prevê que fechará 2019 com déficit primário de R\$ 13,9 bilhões. No fim de março, o governo teve de contingenciar

(bloquear) R\$ 30 bilhões do Orçamento para atingir essa meta.

Em abril, as receitas caíram por causa da queda da arrecadação de tributos. Mesmo com o crescimento da arrecadação com *royalties* de petróleo (+2,5% em valores corrigidos pela inflação), as receitas líquidas da União caíram 1,6%, descontando a inflação, na comparação com abril do ano passado.

"A gente achava que a principal limitação para os gastos fosse o teto de gastos, mas está sendo a queda de arrecadação. Perdemos 0,5% do PIB [Produto Interno Bruto] de receitas líquidas em relação ao valor aprovado no Orçamento", disse o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

## Maiores recuos

O maiores recuos foram registrados na arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com queda de 4,1%, descontada a inflação, e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com recuo de 12,6%, também considerando a infla-

ção. Tradicionalmente, abril registra alta na arrecadação do Imposto de Renda, cujas receitas subiram 8,4% acima da inflação em relação ao mesmo mês do ano passado.

As despesas discricionárias (não obrigatórias) caíram R\$ 1,32 bilhão (-18,2% descontada a inflação) em relação a abril de 2018. Segundo o Tesouro, na maioria dos casos, a verba já estava liberada, mas não chegou a ser executada, num processo chamado de empocamento, que soma R\$ 14,6 bilhões nos gastos em relação ao mesmo mês do ano passado.

No acumulado do ano, o ajuste fiscal está ocorrendo pelo lado dos gastos. Até abril, as receitas líquidas caíram 0,4% considerando a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). As despesas totais acumulam queda de 0,8%, também descontando a inflação.

## Previdência

A Previdência Social registrou déficit de R\$ 65,1 bilhões de janeiro a abril, valor maior que o do mesmo período do ano

passado (-R\$ 61,5 bilhões). O déficit foi parcialmente compensado pelo superávit de R\$ 62,255 bilhões do Tesouro Nacional e de R\$ 95 bilhões do Banco Central, resultando no superávit primário de R\$ 6,537 bilhões.

Em relação às despesas, os gastos de custeio (manutenção da máquina pública) caíram 6% no primeiro quadrimestre descontada a inflação. As despesas com a Previdência Social subiram 2,2%, e os gastos com o funcionalismo federal subiram 0,5%, descontando o IPCA.

O maior recuo, no entanto, foi registrado nos investimentos federais (obras públicas e compra de equipamentos), que somam R\$ 12,216 bilhões de janeiro a abril, com queda de 3,5% em relação ao mesmo período do ano passado, descontada a inflação.

O Tesouro voltou a divulgar as estatísticas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No primeiro quadrimestre, o programa executou R\$ 4,816 bilhões, com retração de 16,7% em valores corrigidos pelo IPCA. (Agência Brasil)

# Guedes diz que é preciso simplificar para economia crescer

Ao participar na quarta-feira (29), de seminário sobre produtividade e crescimento econômico, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que é possível ampliar a produtividade de um país e o crescimento da economia destruindo e simplificando medidas.

"É possível colocar uma economia para crescer 3,6% ao ano, três, cinco, sete anos seguidos simplesmente destruindo tudo. Desregulamenta aqui, simplifica ali, reduz impostos", disse o ministro, ao destacar que exemplos da iniciativa privada e de outros países também podem contribuir

para o crescimento econômico.

"Pega um método que já é usado em gestão no setor privado e adota no setor público também. Pega um método que já é usado numa empresa norte-americana e traz para o Brasil. Esse uso do conhecimento tácito, quando voce desregulamenta, destrava, simplifica, isso permite ao dar uma entrada que nem os agentes convencionais conseguem explicar direito", disse.

Após participar do seminário, Guedes respondeu a perguntas de jornalistas sobre o projeto de crédito suplementar enviado pelo Executivo ao Con-

gresso Nacional no valor de R\$ 248,9 bilhões. Segundo Guedes, o fato de a terceira-feira (28) a equipe técnica do ministério ter sugerido um valor menor, de R\$ 146,7 bilhões "desorienta um pouco" e causou "embanhamento". O pedido de crédito suplementar é análise da Comissão Mista de Orçamento.

"A equipe técnica, quando resolveu mandar, viu que ela já tem origem para algo em torno de cent e poucos bilhões, então, em vez de pedir os R\$ 250 bilhões poderia pedir menos. Então o embanhamento é esse. Tá todo mundo preparado para

aprovar uma coisa, aí chega uma outra coisa. Ai dizem vem cá, vocês querem esse ou aquele, qual vocês querem?", disse Guedes.

O crédito suplementar corresponde ao valor que o governo precisará captar no mercado, a partir da emissão de títulos, para saldar todas as despesas do ano. Nesse caso é preciso a aprovação do Congresso, por maioria absoluta de votos, porque o governo precisa do aval dos parlamentares para fazer operações de créditos que extrapolam o limite estabelecido pela chamada regra de ouro, prevista na Constituição. (Agência Brasil)

# Em quatro meses, pequenos negócios criam quase 300 mil empregos

Os pequenos negócios voltaram a responder pela geração de novos empregos no mês de abril. Segundo levantamento feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), baseado nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, esse segmento gerou, no mês passado, 92,7 mil postos de trabalho formais. O saldo foi quase três vezes maior que o gerado pelas médias e grandes empresas e representou 72,3% do total de empregos gerados no país no mesmo período, que foi de 129,6 mil.

No acumulado dos primeiros quatro meses do ano, os pequenos negócios abriram quase 300 mil novos empregos. As médias e grandes empresas (MGE) criaram apenas 20,3 mil novas vagas. Entretanto, o saldo de postos de trabalho gerados pelas micro e pequenas

empresas (MPE), no primeiro quadrimestre deste ano, ainda está 14,4% abaixo do saldo gerado por elas no mesmo período do ano passado.

"A recuperação do emprego passa pela retomada da economia, que depende diretamente da retomada da confiança de investidores, da aprovação das reformas, do novo Congresso Nacional", analisa o presidente do Sebrae, Carlos Melles. "Os números mostram que o empreendedorismo está no sangue do povo brasileiro. Foram os pequenos negócios os grandes responsáveis pelo grande número de abertura de vagas no mercado de trabalho. E isso mesmo em tempos difíceis economicamente", acrescenta.

## Serviços

O levantamento do Sebrae apontou ainda que nos primeiros quatro meses do ano, as MPes do setor de Serviços capitanearam a geração de empregos, com um saldo de 193 mil novos postos de trabalho, 69% do total de empregos gerados no período de 2019. As MPes que atuam no comércio, porém, ainda continuam a registrar saldos negativos de vagas de trabalho no acumulado de 2019, o que significa que demitiram mais do que contrataram. Mesmo assim, ainda geraram 10,6 mil postos no mês passado.

Em todos os setores, as MPes registraram saldos positivos de empregos gerados no mês de abril de 2019, mas foram os pequenos negócios do setor de Serviços que puxaram a geração de empregos, criando mais de 55 mil postos de trabalho, 3,6 vezes mais do que as MPes da construção civil, setor gestor em que as micro e pequenas empresas mais empregaram nesse mês. Pelo levantamento, as médias e grandes empresas tiveram uma que-

ram a geração de empregos, com um saldo de 193 mil novos postos de trabalho, 69% do total de empregos gerados no período de 2019. As MPes que atuam no comércio, porém, ainda continuam a registrar saldos negativos de vagas de trabalho no acumulado de 2019, o que significa que demitiram mais do que contrataram. Mesmo assim, ainda geraram 10,6 mil postos no mês passado.

Em todos os setores, as MPes registraram saldos positivos de empregos gerados no mês de abril de 2019, mas foram os pequenos negócios do setor de Serviços que puxaram a geração de empregos, criando mais de 55 mil postos de trabalho, 3,6 vezes mais do que as MPes da construção civil, setor gestor em que as micro e pequenas empresas mais empregaram nesse mês. Pelo levantamento, as médias e grandes empresas tiveram uma que-

da de 1.057 postos de trabalho neste segmento, enquanto os pequenos negócios abriram 15,1 mil vagas.

## Estados

As micro e pequenas empresas do estado de São Paulo lideraram a geração de empregos no país em abril deste ano, respondendo pela criação de 29,3 mil postos de trabalho e foram acompanhadas pelas MPes de Minas Gerais, com 14,7 mil empregos. Com isso, as MPes da região Sudeste foram as que mais geraram postos de trabalho neste mês no país (52,9 mil empregos), seguidas pelos pequenos negócios da região Nordeste, que responderam pela geração de 17,8 mil empregos. Praticamente todos os estados do país tiveram saldo positivo, com exceção ao Rio Grande do Sul, que registrou mais demissões que contratações no segmento. (Agência Brasil)

# Aneel promove dia 31 leilão para geração de energia para Boa Vista

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizará, na sexta-feira (31), o leilão de geração de energia para suprimento da cidade de Boa Vista, capital de Roraima, e localidades conectadas. O estado é o único não integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e, atualmente, tem o seu fornecimento de energia gerado a partir de usinas termelétricas e de Venezuela.

O certame será realizado em parceria com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A iniciativa é "uma

medida estruturante para melhorar a qualidade e a eficiência do fornecimento no estado de Roraima", disse a Aneel.

O leilão será realizado na sede da CCEE, em São Paulo, a partir das 10h, por meio de sistema eletrônico. No total, 156 empreendimentos se cadastraram para participar do leilão e os projetos somam 6 gigawatts (GW) de capacidade instalada.

Podem participar do leilão empreendimentos de fontes renováveis, como hídrica, solar,

eólica, biomassa, biogás, entre outras; fóssil, ou ainda mediante o uso misto de fontes, contendo ou não tecnologia de armazenamento de energia. O início do suprimento está previsto para 28 de junho de 2021.

Para o certame, serão contratados dois tipos de produtos, por potência e energia. Na modalidade potência, está prevista a contratação de dois subprodutos, gás e renováveis, e outro, de demais fontes. No primeiro subproduto serão contratadas soluções

de suprimento que tenham como fontes primárias gás natural ou renováveis, com término de suprimento em 27 de junho de 2026.

No subproduto demais fontes serão contratadas outras soluções não enquadradas nas opções anteriores, com término de suprimento em 27 de junho de 2028. Os vencedores poderão considerar em seu lances as perdas elétricas até o ponto de entrega e até mesmo perdas internas e o consumo interno do empreendimento. (Agência Brasil)

## INTERNACIONAL

### Trabalhadores paralisam Argentina com grande greve contra Macri

A Argentina ficou paralisada na quarta-feira (29) em função de uma greve geral dos principais sindicatos do país contra as medidas de ajuste econômico do presidente de centro-direita Mauricio Macri em meio a uma crise que abala suas aspirações de ser reeleito em outubro.

Sem transporte de passageiros, escolas ou trabalho em repartições públicas e bancos, muitas ruas de Buenos Aires estavam vazias antes das manifestações, que serão realizadas por alguns setores que aderiram à medida de força convocada pela poderosa central sindical CGT.

Para garantir o sucesso da greve, vários piquetes de organizações sociais e partidos de esquerda bloqueavam o trânsito de veículos em alguns acessos à capital argentina.

Controlada pelo peronismo, atualmente na oposição, a CGT demanda que o governo imponha aumentos salariais que os equiparem à inflação alta – que chegou a cerca de 50% nos últimos 12 meses – e a redução de alguns impostos que afetam os trabalhadores.

As tarifas de serviços aélios são outro alvo dos protestos, já que as fortes elevações registradas nos últimos anos, contra o que o governo tentou reduzir seu déficit, são uma das causas de a pobreza ter atingido 32% da população neste ano, segundo dados oficiais.

Macri almeja se manter na presidência na eleição de outubro, mas a queda nas pesquisas provocada pela crise econômica mostra que será difícil. A fórmula peronista de Alberto Fernández e da ex-presidente Cristina Fernández de Kirchner lidera a maioria das sondagens.

Os aeroportos não estavam operando nesta quarta-feira por causa da greve, e não havia exportação de grãos a partir dos portos da área de Rosario, uma das regiões agroindustriais mais importantes do mundo.

Os efeitos da paralisação também serão sentidos no esporte: a final da Recopa Sul-Americana, que deveria ser disputada pelo local River Plate e pelos brasileiros do Atlético Paranaense, foi adiada para quinta-feira. (Agência Brasil)

**GAIA SECURITIZADORA S.A.**  
CNPJ nº 07.587.944/0001-98

**FATO RELEVANTE**  
Ref. Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 3ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 4ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 5ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 6ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 8ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 9ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 10ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 11ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 12ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 13ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 14ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 15ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 16ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 17ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 18ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 19ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 20ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 21ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 22ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 23ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 24ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 25ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 26ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 27ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 28ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 29ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 30ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 31ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 32ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 33ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 34ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 35ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 36ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 37ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 38ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 39ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 40ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 41ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 42ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 43ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 44ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 46ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 47ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 48ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 49ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 50ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 51ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 52ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 53ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 54ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 55ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 56ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 57ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 58ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 59ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 60ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 61ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 62ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 63ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 64ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 65ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 66ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 67ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 68ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 70ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 71ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 72ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 73ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 74ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 75ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 76ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 77ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 78ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 80ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 81ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 84ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 85ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 86ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 87ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 88ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 89ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 90ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 91ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 92ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 93ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 94ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 95ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 96ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 97ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 98ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 99ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 100ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 101ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 102ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 103ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 104ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 105ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 106ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 107ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 108ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 109ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 110ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 111ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 112ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 114ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 115ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 116ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 117ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 118ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 119ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 120ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 121ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 122ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 123ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 124ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 125ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 126ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 127ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 128ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 129ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 130ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 132ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 133ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 134ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 135ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 136ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 137ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 138ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 139ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 140ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 141ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 142ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 143ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 144ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 145ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 146ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 147ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 148ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 149ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 150ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 151ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 152ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 153ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 154ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 155ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 157ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 158ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 159ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 160ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 161ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 162ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 163ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 164ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 165ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 166ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 167ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 168ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 169ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 170ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 171ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 172ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 173ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 174ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 175ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 176ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 177ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 178ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 179ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 180ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 181ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 182ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 183ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 184ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 185ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 186ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 187ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 188ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 189ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 190ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 191ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 192ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 193ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 194ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 195ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 196ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 197ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 198ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 199ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 200ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 201ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 202ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 203ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 204ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 205ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 206ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 207ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 208ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 209ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 210ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 211ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 212ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 213ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 214ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 215ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 216ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 217ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 218ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 219ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 220ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 221ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 222ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 223ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 224ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 225ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 226ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 227ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 228ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 229ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 230ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 231ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 232ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 233ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 234ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 235ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 236ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 237ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 238ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 239ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 240ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 241ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 242ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 243ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 244ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 245ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 246ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 247ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 248ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 249ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 250ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 251ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 252ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 253ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 254ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 255ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 256ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 257ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 258ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 259ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 260ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 261ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 262ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 263ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 264ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 265ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 266ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 267ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 268ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 269ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 270ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 271ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 272ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 273ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 274ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 275ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 276ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 277ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 278ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 279ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 280ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 281ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 282ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 283ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 284ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 285ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 286ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 287ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 288ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 289ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 290ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 291ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 292ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 293ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 294ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 295ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 296ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 297ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 298ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 299ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 300ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 301ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 302ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 303ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 304ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 305ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 306ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 307ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 308ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 309ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 310ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 311ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 312ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 313ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 314ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 315ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 316ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 317ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 318ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 319ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 320ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 321ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 322ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 323ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 325ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 326ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 327ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 328ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 329ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 330ª Série do Emissores, Certificados de Recebíveis Imobiliários da 331

# “Precisamos mais de diálogo”, diz Maia sobre relação com Executivo

## Justiça do Paraná autoriza transferência de Cunha para o Rio

A Justiça do Paraná, autorizou na quarta-feira (29) a transferência do ex-deputado Eduardo Cunha para o Rio de Janeiro, onde ele deve passar a cumprir sua pena no âmbito da Lava Jato. A decisão é do juiz Ronaldo Sansone Guerra, da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP).

A autorização da VEP em Curitiba é a última etapa para que a transferência seja efetivada, uma vez que tanto a VEP da Justiça do Rio de Janeiro como a 13ª Vara Federal de Curitiba, onde tramitou a ação penal de Cunha, já concordaram com a mudança.

Cunha está preso no Paraná desde outubro de 2016. Nos últimos anos, o ex-deputado, que presidiu a Câmara, ficou encarcerado no Complexo-Médico Penal de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba.

O Ministério Público Federal (MPF) havia se manifestado contra a mudança, alegando que Cunha ainda possui grande poder de influência política no Rio de Janeiro, o que poderia facilitar o cometimen-

to de novos crimes mesmo dentro do prisão.

O juiz Ronaldo Sansone Guerra não acolheu o argumento. Para o magistrado, “a transferência requerida não causa prejuízo à execução penal e contribui para ressocialização do sentenciado/requerente, circunstâncias que preponderaram relativamente a eventual dano que possa decorrer de influência política e social do sentenciado”.

Cunha foi condenado pela primeira vez em 2017 pelo então juiz federal Sérgio Moro a 15 anos e quatro meses de prisão, sob a acusação de ter solicitado propina para exploração de petróleo na África e ter recebido os recursos ilícitos em uma conta na Suíça.

Ainda em 2017, a pena foi reduzida para 14 anos e seis meses de prisão por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Em abril, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou um habeas corpus em que a defesa de Cunha pedia a revisão da pena. (Agência Brasil)

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse na quarta-feira (29) que com o “diálogo da política com a sociedade” será possível “recuperar o Brasil”. Após o presidente Jair Bolsonaro ter aparecido na manhã de quarta-feira, de surpresa em uma sessão solene em homenagem ao humorista Carlos Alberto de Nóbrega na Câmara, Maia avaliou que foi bom o presidente ter ido ao Congresso.

“É bom o presidente vir aqui prestigiar o homenageado, prestigiar a Câmara, precisamos mais disso, mais de diálogo e

proximidade de que conflito. Acho que o Brasil está precisando disso”, ressaltou.

Ainda sobre a relação com o Palácio do Planalto, Maia avaliou que o importante no momento é manter “o ambiente distensionado” para que o brasileiro veja o Legislativo e o Executivo de desempregados e 9 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza por meio de crescimento e geração de emprego.

**Previdência**  
Em conversa com jornalistas,

o presidente da Câmara negou que na terça-feira (28) tenha dito que iria pedir uma antecipação do relatório da reforma da Previdência ao deputado Samuel Moreira (PSDB-SP).

“O que eu pedi foi um pré-relatório antes, para que a comissão [especial] mesmo pudesse avaliar antes de uma apresentação oficial. Com isso, a gente constrói uma maioria mais fácil. Não foi nenhuma tentativa minha de antecipar e atrapalhar os prazos, atrapalhar o trabalho da comissão, ao contrário, acho que com um pré-relatório, apresentado uma semana antes,

os deputados vão poder fazer críticas e a gente vai poder ter a sensibilidade se o texto que ele [está] querendo apresentar, encaminhando para apresentação é um texto que garante a vitória não só no plenário, mas também na comissão”, explicou.

Maia disse ainda que não há atraso na tramitação da reforma da Previdência e reafirmou que, “se tiver voto”, pretende colocar o texto em votação “dentro do prazo adequado”, segunda quinzena de junho na comissão especial e na primeira quinzena de julho, antes do recesso parlamentar, no plenário da Casa. (Agência Brasil)

## STF confirma proibição de trabalho insalubre de gestantes e lactantes

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou na quarta-feira (29) inconstitucional o trecho da reforma trabalhista que abre a possibilidade de gestantes e lactantes trabalharem em atividades insalubres. Por 10 votos 1, a Corte confirmou liminar proferida em maio pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, suspendendo a norma.

Com a decisão, segundo Moraes, fica valendo a regra anterior. Com o texto antigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), antes da reforma aprovada em 2017, a gestante deverá ser afastada de ativida-

des e locais insalubres, devendo ser realocada em outro tipo de serviço. Não sendo possível, a empregada será afastada e terá direito a receber salário-maternidade.

Em seu voto, Moraes confirmou sua liminar e afirmou que a alteração na CLT permitiu que gestantes e lactantes continuem trabalhando em atividades insalubres e ainda previu que o afastamento só pode ocorrer após a apresentação de atestado médico.

Segundo Moraes, nesse ponto, a reforma trabalhista é inconstitucional por não proteger mulheres grávidas e lactantes.

“Quem de nós gostaria que nos suas filhas, irmãs, netas, grávidas ou lactantes, continuassem a trabalhar em ambientes insalubres?”, questionou.

Pelo texto antigo da CLT, o Artigo 394-A definiu que a empregada gestante ou lactante será afastada de qualquer tipo de serviço e locais insalubres. Com a mudança, o mesmo dispositivo vetou o trabalho nas atividades perigosas, mediante apresentação de um atestado médico para o afastamento seja realizado.

O voto de Moraes foi acompanhado pelos ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz

Fux, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e o presidente, Dias ToFFoli. Marco Aurélio foi o único a divergir.

O caso chegou ao STF por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela Confederação Nacional de Trabalhadores Metalúrgicos. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que também opinou pela concessão da liminar. Para Dodge, a exigência de atestado médico para o afastamento da gestante, conforme previsto na reforma trabalhista, transformava “em regra a exposição ao risco”. (Agência Brasil)

## Presidente da Câmara critica sistema penitenciário do país

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na quarta-feira (29) que a luta contra a criminalidade não pode rejeitar os esforços pela promoção da dignidade humana no sistema penitenciário.

“A luta contra a criminalidade é tão importante quanto a luta por dignidade humana em qualquer ambiente”, escreveu Maia, em mensagem lida pelo deputado Lincoln Portela (PSL-MG), na comissão geral que a Câmara dos Deputados realizou na manhã de quarta-feira (29) para discutir a situação dos estabelecimentos prisionais do país.

Em seu texto, Maia sustenta que tratar do sistema penitenciário brasileiro é falar de “uma desproporcional desordem”.

“Há mais de 700 mil pessoas amontoadas, abandonadas e tratadas pelo Estado brasileiro como se não fossem humanos”, disse Maia, lembrando que o Brasil já tem a terceira maior população carcerária mundial, que está crescendo 400% ao longo dos últimos 20 anos, mesmo com o sistema carcerário registrando um déficit de vagas de mais de 300 mil vagas.

“Faltam espaço, estrutura, oportunidades de estudo e tra-

lhos e profissionais. Sobram doenças, descaso e violência. Muitos perenes do sistema prisional brasileiro como já bem demonstrado pelas duas Comissões Parlamentar de Inquérito (CPI) que tivemos nesta Casa, em 2007 e 2015”, acrescentou o presidente da Câmara, classificando o sistema penal como “estigmatizante e acelerador de carreiras criminais”.

“Ao ignorar os dispositivos da Lei de Execução Penal, o Brasil afronta sua própria Constituição Federal e transforma a prisão em castigo”, disse Maia. “É um sistema não apenas incapaz de ressocializar, mas que gera mais crimes na sociedade e que vê sua própria racionalidade comprometida. É um sistema que tem semeado mais dor e morte do que deveria, enquanto as causas materiais que estão na base da criminalidade são reiteradamente negligenciadas.”

Referindo-se à morte de 55 presos em quatro estabelecimentos prisionais de Manaus (AM), entre domingo (26) e segunda-feira (27), como uma “catástrofe”. Maia disse que a sociedade não pode mais admitir “espetáculos grotescos e desumanos” como esse. (Agência Brasil)

Referindo-se à morte de 55 presos em quatro estabelecimentos prisionais de Manaus (AM), entre domingo (26) e segunda-feira (27), como uma “catástrofe”. Maia disse que a sociedade não pode mais admitir “espetáculos grotescos e desumanos” como esse. (Agência Brasil)

Propriedades que foram cobertas por lama após a tragédia de Brumadinho (MG) estão em uma área com potencial mineral. O tema já é debatido na comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada pela Câmara dos Deputados para investigar o rompimento da barragem da Vale ocorrido em 25 de janeiro desse ano. A existência de uma jazida na região com aproximadamente 430 mil toneladas de minério de ferro pode impactar no valor das indenizações dos moradores que tiveram seus terrenos afetados.

O potencial mineral na região vem sendo estudado pela Vale há cerca de 13 anos. As pesquisas ocorrem dentro do Processo 832.055/2006 aberto no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão extinto em 2017 e substituído pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

No início do mês passado, a Vale solicitou o sigilo das informações desse processo. “Os dados processuais não são acessíveis ao público externo, uma vez que possuem caráter sigiloso, tendo em vista seu conteúdo de dados econômicos/estratégicos de reservas de mercado da empresa”, informa a ANM em nota.

De acordo com o órgão, se houve pesquisa em determinado local, o proprietário da terra permitir o ingresso dos técnicos da Vale para que os trabalhos fossem realizados. “Em caso positivo de descoberta de novas jazidas, o proprietário inclusive terá direito à participação dos lucros, caso haja exploração das reservas”, acrescenta a ANM.

subordinado ao Ministério da Economia.

A aprovação ocorreu sete dias antes do vencimento do prazo da MP. Caso não fosse votada até o dia 3 de junho, a medida provisória perderia a sua validade e o governo voltaria a ter o número de ministérios do governo Michel Temer, 29. Hoje, são 22.

**Visita surpresa**  
Pela segunda vez nesta quarta-feira, Bolsonaro surpreendeu ao deixar o Palácio do Planalto para participar de um evento. Na

Marinha, o presidente compareceu ao almoço de aniversário do comandante da Marinha, Ilques Barbosa, que completou 65 anos.

Mais cedo, ele foi à Câmara dos Deputados para uma sessão em homenagem ao humorista Carlos Alberto de Nóbrega, do protagonista A Pracinha, do SBT. “Tem que ter o momento de prestigiar os colegas e reconhecer o trabalho. A vida se faz de imprevisíveis e alguns maravilhosos como esses dois de hoje”, disse, ao deixar o Comando da Marinha. (Agência Brasil)

Marinha, o presidente compareceu ao almoço de aniversário do comandante da Marinha, Ilques Barbosa, que completou 65 anos.

Mais cedo, ele foi à Câmara dos Deputados para uma sessão em homenagem ao humorista Carlos Alberto de Nóbrega, do protagonista A Pracinha, do SBT. “Tem que ter o momento de prestigiar os colegas e reconhecer o trabalho. A vida se faz de imprevisíveis e alguns maravilhosos como esses dois de hoje”, disse, ao deixar o Comando da Marinha. (Agência Brasil)

## Terrenos cobertos por lama na tragédia de Brumadinho têm minério

No entanto, a transferência dos terrenos para a Vale tem sido incluída em acordos para indenizar os donos de propriedades cobertas pelos rejeitos que vazaram da barragem da mineradora na Minas do Feijão no dia 25 de janeiro. A Defensoria Pública de Minas Gerais, que acompanha essas negociações, informou que cerca de 20 acordos já foram concluídos e homologados pela Justiça. Nesses casos, os atingidos concordaram em reparar seus terrenos à mineradora, mas eles não tinham conhecimento da existência do potencial mineral.

“Se vier a acontecer a exploração nas propriedades que eram dessas pessoas, nós vamos procurar a Vale para que novos valores sejam pagos”, afirmou o defensor público Felipe Sotolongo. Ele ressaltou, porém, que o simples fato de haver uma jazida mineral no terreno não dá direito à indenização adicional.

“Isso não gera diferença de valoração do imóvel. A possibilidade de ter minério ali não influencia o valor da casa ou do sítio. As pessoas nem pesquisam se há minério de ferro abaixo de seus imóveis. Ninguém compra ou deixa de comprar uma casa por conta disso”. Segundo o defensor público, a materialização do prejuízo só se daria a partir do momento em que a Vale comesse uma exploração. “Aí vamos levantar as questões básicas. As pessoas deixaram de receber royalties da mineração? Quanto foi que deixaram de receber? Nós vamos buscar a reparação desse prejuízo”, assegurou.

A transferência das proprie-

dades para a Vale tem sido uma condição imposta pela mineradora para assinar os acordos individuais de indenização. Essa exigência não existe, por exemplo, no caso da tragédia de Mariana (MG), que ocorreu em novembro de 2015, com o rompimento de uma barragem da Samarco, joint-venture da BHP Billiton e da própria Vale. Com o apoio do MPMG, os atingidos que perderam suas propriedades nos distritos destruídos de Bento Rodrigues e Paracatu, além de receber as devidas indenizações e de serem reconstruídas em novas casas nas comunidades que estão sendo reconstruídas, asseguraram o direito de manter a posse de seus antigos terrenos.

Procurada pela Agência Brasil, a mineradora afirma em nota que jamais realizou atividades de exploração mineral nas áreas descritas no Processo 832.055/2006. “O objetivo da Vale é definir a destinação da área abrangida em conjunto com autoridades e moradores da região, podendo criar um corredor ecológico, dentre outras iniciativas.”

**Negociações**  
As bases para as negociações individuais extrajudiciais entre os atingidos e a Vale estão estabelecidas em um termo de compromisso assinado em abril entre a Defensoria Pública de Minas Gerais e a mineradora. O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) chegou a criticar esse caminho para a discussão das indenizações. O órgão considera que os moradores afetados na tragédia se enfraque-

cem individualmente. Assim, defende um processo coletivo para estabelecer parâmetros comuns em que os atingidos sejam orientados por assessorias técnicas independentes que eles mesmo escolham.

Para a Defensoria Pública de Minas Gerais, as tratativas individuais permitem uma rápida solução e garante recursos de imediato, afastando o risco de que a reparação demore. “De que adianta uma criança que perdeu o pai receber um valor daqui 20 anos? O que ela pode perder de oportunidades na sua vida em todo esse tempo? Pode, por exemplo, ter a possibilidade de estudar numa escola melhor, ter um acompanhamento de sua saúde com mais qualidade. São elementos que afetam o seu desenvolvimento”, destacou Felipe Sotolongo.

Segundo ele, o termo de compromisso firmado entre a Defensoria Pública e a Vale incluiu dispositivos que permitirão cobrar novas indenizações no futuro. Ele afirmou que somente é dada quitação sobre os prejuízos cobertos, o que abre espaço para pleitear os valores adicionais como no caso da possível exploração mineral. “O que nós já sabemos desde início é que nem todos os tipos de danos podiam ser previstos. É possível que outros prejuízos sejam descobertos com o tempo. EBS novos danos que vierem a se tornar conhecidos devem ser objetos de novos acordos e, não havendo acordos, irão ensejar ações judiciais”, disse o defensor público. (Agência Brasil)

## Defesa abandona júri e julgamento da chacina no Pavilhão 9 é remarcado

A sessão de julgamento do ex-policial militar Rodney Dias dos Santos, acusado de participar da chacina na sede da polícia organizada do Corinthians Pavilhão 9, ocorrida no dia 18 de abril de 2015, em São Paulo, foi interrompida na manhã de quarta-feira (29), após o advogado do réu ter abandonado o plenário. A juíza Giovanna Christina Colares, do 5º Tribunal do Júri, remarcou para 10 de junho a retomada do julgamento.

O julgamento de Santos havia começado na terça-feira (28) com o depoimento de testemunhas e o interrogatório do réu, e seguiria hoje com os debates e a decisão do júri, formado por sete pessoas.

Na chacina morreram oito pessoas após três pessoas armadas terem entrado na sede da torcida organizada do Corinthians, logo após um churrasco. Doze torcedores ainda estavam no local quando os três criminosos chegaram. Quatro conseguiram fugir, mas os demais foram obrigados a se ajoelhar e, depois, a se deitarem no chão. Todos foram executados. Sete morreram no local. A oitava vítima chegou

a ser socorrida, mas morreu no hospital.

Dois pessoas foram presas acusadas pela chacina: o policial militar Walter Pereira da Silva Junior e Rodney Dias dos Santos, um ex-policial militar. A terceira pessoa não foi identificada por falta de provas ou de indícios suficientes de autoria, Silva Junior foi impronunciado pela Justiça em dezembro de 2017. Já Santos continua preso preventivamente pelos assassinatos e responde a processo.

Segundo a denúncia, Santos, que também seria um membro da organização, teria desavenças com Fábio Neves Domingos por disputa na venda de entorpecentes na região do Ceasa e por problemas na gerência da Pavilhão 9. Os demais teriam sido mortos porque reconheceram os atiradores.

Na ação, foram mortos Fábio Neves Domingos, Ricardo Junior Leonel do Prado, André Luiz Santos de Oliveira, Mathheus Fonseca de Oliveira, Jhonatan Fernando Garzilha Massa, Jonathan Rodrigues do Nascimento, Marco Antônio Corassa Junior e Mydras Schimidt Rizzo. (Agência Brasil)